

CATANDO VIDAS NO LIXO: O CASO DE UMA COOPERATIVA DE TRABALHO DE RECICLAGEM EM SANTA MARIA-DF, BRASIL

Catching up lives in the trash: the case of a recycling cooperative in Santa Maria-DF, Brazil

Renato Mendes Gomes

Instituto Federal de Brasília, Brasil

1460836@etfbsb.edu.br

Perpétua Santos Silva

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE/IUL) e Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Santarém, Portugal

perpetua.silva@ese.ipsantarem.pt

RESUMO

Tomando como objeto de estudo o caso de uma cooperativa de trabalho de reciclagem em Santa Maria-DF, foram trabalhadas algumas dimensões profissionais e pessoais da vida de catadores e catadoras, tendo como objetivo conhecer as suas perspetivas sobre as condições profissionais, pessoais e sociais enquanto profissionais da catação de resíduos sólidos organizados em cooperativa de trabalho de reciclagem, identificando quais as suas principais dificuldades, constrangimentos e necessidades e procurando conhecer de que forma o movimento cooperativista de trabalho de reciclagem contribui para o possível desenvolvimento dos seus processos de inclusão social. Do ponto de vista metodológico e técnico optou-se por uma abordagem qualitativa, com a realização de entrevistas e o desenvolvimento de observação. Foi possível perceber que os catadores/as não estão socialmente inseridos, carecem de educação, saúde, renda, laboram em precárias condições de trabalho, correspondem a um grupo altamente vulnerável, em que pese o cooperativismo de trabalho, via cooperativa de reciclagem proporcionar o emprego na catação tal pode considerar-se como a face perversa da inclusão.

Palavras-chave: catador de recicláveis, inclusão/exclusão social, trabalho precário

ABSTRACT

The present research in the field of Social Education takes as object of study the case of a cooperative of work of recycling in Santa Maria-DF. Based on the analysis of some professional and personal dimensions of the life of waste pickers, it aims to know their perspectives on the professional, personal and social conditions as solid waste disposal workers organized in a recycling work cooperative, identifying their main difficulties, constraints and needs and seeking to know how the cooperative movement of recycling work contributes to the possible development of social inclusion processes. From the methodological and technical point of view, a qualitative approach was chosen, with the accomplishment of interviews and the development of observation. It was

observed that the collectors are not socially inserted; they lack education, health, income; working conditions are precarious. They are a highly vulnerable group. Although included in cooperative work, this can be considered as the perverse face of inclusion.

Keywords: recyclable waste picker, social inclusion/exclusion, precarious work

1 INTRODUÇÃO

No que respeita à questão dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), o Brasil ainda carece de uma adequada gestão dos mesmos, não tendo sido superada a exterminação de lixões espalhados Brasil a fora; um deles, considerado o maior lixão da América Latina, encontra-se em plena Capital Federal do Brasil, na cidade Estrutural, Distrito Federal-DF, Brasília, a poucos quilômetros (15km) da Esplanada dos Ministérios, centro das decisões políticas.

O programa coleta seletiva (dentre alguns outros) é um braço forte e fundamental para a busca da sua adequada gestão – frente a uma geração crescente de RSU - e os protagonistas dessa árdua e precária tarefa ocupacional de segregar, prensar, enfardar e comercializar, constituem um grupo altamente vulnerável: os trabalhadores/as da catação.

Assim, a inclusão de catadores de lixo organizados em cooperativa de trabalho constitui o tema do estudo realizado, tendo como objetivo, a partir da análise de algumas dimensões profissionais e pessoais da vida destes profissionais da catação, conhecer as suas perspectivas sobre as condições profissionais, pessoais e sociais, identificando quais as suas principais dificuldades, constrangimentos e necessidades e procurando conhecer de que forma o movimento cooperativista de trabalho de reciclagem contribui para o possível desenvolvimento dos seus processos de inclusão social.

Ainda que inseridos em cooperativas de reciclagem, constata-se a plenitude de uma atividade informal, carente de legalidade e de instrumentos jurídicos para a contratação destes trabalhadores, suscitando o questionamento quanto ao alcance do movimento cooperativista de trabalho nesta área da reciclagem.

A inclusão social para o referido grupo vulnerável, na atualidade, apresenta-se de forma estratégica tanto para o poder público, como para a sociedade civil, pois, quando adentramos neste tema, nos deparamos com as suas reais implicações que perpassam o quadro social, econômico, ambiental e cultural, tratando-se de um amplo e complexo desafio envidar esforços no sentido de encontrar formas de contribuir para a melhoria das suas condições de vida.

Mesmo sendo uma oportunidade de inclusão quando se considera a viabilização de um trabalho (profissão) pela inserção numa estrutura organizada, permanecem dúvidas sobre se realmente está havendo inclusão social destes trabalhadores pela sua integração no movimento cooperativista de trabalho. Terão, afinal, melhores condições de vida e de trabalho?

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É inegável a complexidade quando se fala a respeito da gestão de RSU, bem como da reciclagem. Das várias denominações existentes para diversos tipos de resíduos, a presente investigação tratou especificamente a respeito dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), que, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), englobam os resíduos domiciliares, isto é, aqueles originários de atividades domésticas em residências urbanas e os resíduos de limpeza urbana, quais sejam, os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas, bem como de outros serviços de limpeza urbana.

Na tentativa de fundamentar a afirmação de que somos altamente geradores de resíduos, vejamos que, segundo a pesquisa da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - Abrelpe (2014, p. 28), no Brasil em 2014, foram gerados cerca de 78,6 milhões de toneladas de RSU tendo o índice de aumento de geração de RSU, entre os anos de 2013 para 2014, sido superior à taxa de crescimento populacional que, naquele período, em torno de 0,9%

enquanto o crescimento em toneladas de resíduos sólidos foi na ordem dos 3,0%. Portanto, vemos que o crescimento da geração de RSU não roga (atualmente, independe) necessariamente por um aumento populacional para gerá-los, aliás, com menos pessoas é perfeitamente possível gerar mais resíduos sólidos. O consumismo exagerado leva a uma frenética geração de resíduos sólidos, e, muitas vezes nem nos damos conta de que o que compramos é supérfluo; compramos por comprar (Bauman, 2015) somos adestrados para um consumismo perverso, talvez explicado por questões de gosto.

De tamanha geração de RSU temos uma noção da importância da coleta seletiva desempenhada pelos/as catadores/as para reaproveitamento de resíduos.

De acordo com Campos *et al.* (2014) falar dos/as catadores/as não é fácil, pois, apesar dos milhões de catadores de resíduos existentes no mundo, infelizmente são poucas as informações socioeconômicas e estatísticas confiáveis a respeito dessa população. Lisboa (2013, p. 66) deixa claro que a intenção para o futuro, vai no sentido de “aprofundar o conhecimento sobre os catadores, explorar a situação social, formas de arranjos, dentre outros aspectos dessa população”.

Catador de Material Reciclável é uma profissão reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, Brasil), conforme consta no documento Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (5192), segundo o qual os catadores de material reciclável catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis; o acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. Segundo Lima, (2013, p. 60-61), os catadores estão subdivididos em três categorias: catadores de rua, catadores de lixão e catadores cooperados.

Miura (2004) afirma que tornar-se catador é sentido como fonte de dignidade e modo legítimo de obter renda. Ao inserir-se no mundo do trabalho, tal atividade retira o rótulo de excluído, distinguindo-se de mendigo ou vadio. Por outro lado, dentro de um contexto altamente precário das condições de trabalho, tal inclusão retrata o seu lado perverso. Birbeck (1978) refere que a denominação de catador/a é “*self-employed proletarians*”, uma vez que para o autor, o autoemprego é uma ilusão. Tais catadores/as se auto-empregam mas, na verdade, vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, e nem mesmo têm acesso à seguridade social do mundo do trabalho.

2.1 Riscos e vulnerabilidades

Importa pontuar a centralidade destes dois conceitos no bojo da investigação, ou seja, riscos e vulnerabilidades associadas à situação de catação de RSU e à condição de catador ou catadora.

Gondim (2007) refere que, hoje, a noção de risco é utilizada por todas as pessoas de forma livre, de tal forma que cada indivíduo percebe os perigos e as ameaças de forma diferente a partir da situação ao qual esteja submetido: contextos culturais e de vida. Assim, o vocábulo ganha múltiplos significados.

Beck (2015) considera que vivemos na época dos efeitos secundários, num mundo onde nada é certo além da incerteza. As organizações contemporâneas constituem-se, ao mesmo tempo, como produtoras e consumidoras de inúmeras formas e fontes de risco às quais não conseguem escapar nem tão pouco controlar; as sociedades vão perdendo lentamente as suas certezas e vão surgindo situações imponderáveis, contingentes e aleatórias. A modernidade gerou novos tipos de riscos que têm vindo a assumir dimensões cada vez mais globais, entre os quais a ameaça nuclear, apresentada pelo autor como exemplo paradigmático. Contudo, a distribuição social dos riscos permanece desigual.

Hespanha (2002) nos traz contributos importantes no que respeita ao tratamento do conceito de risco. Adentrando na questão do Risco Social, o autor refere que dados estatísticos mundiais nos dão o entendimento de que há uma intensificação das desigualdades na distribuição de riqueza, e que “as oportunidades para melhorar os padrões de vida são cada vez mais inacessíveis à maioria da população” (p. 161). O fenômeno da Globalização dá asas à possibilidade da produção de incertezas e do risco, numa possível ampliação e não redução das desigualdades ensejada pelo capitalismo, afinal, trata-se de,

(...) verdadeira desterritorialização do social e do político, no sentido em que a coincidência entre sociedade e Estado se vai desvanecendo e transcendendo à medida que as formas de atividade social e econômica, de trabalho e de vida, deixam de ter lugar dentro do quadro do Estado-nação. (Hespanha, 2002, p. 164).

Para além da subjetividade e transversalidade que pairam sobre a questão da classificação dos riscos em diferentes tipos/classes, tem-se ainda que tal classificação é rodeada por complexidade e diversificadas definições, neste sentido, a partir de Rebelo (2001), Garibaldi (2009, p. 9) expõe que “o estudo fenomenológico da ciência do risco deverá ter sempre presente o tipo de risco e associada a noção de “vulnerabilidade””. Para este autor, a imprevisibilidade dos riscos tende a dificultar as ações de respostas e considera que a vulnerabilidade permite a avaliação de diferentes possibilidades de atuação (fatores) do risco, dentro do conjunto cotidiano de características tanto sociais como individuais.

De acordo com Ayres (2006, p.6) “a vulnerabilidade dos indivíduos significa a síntese conceitual e prática das dimensões comportamentais, sociais e político-institucionais relacionadas às diferentes suscetibilidades de indivíduos e grupos populacionais a um agravo à saúde e suas consequências indesejáveis, como sofrimento, limitação e morte”.

Diversos fatores expressam as formas variadas de roupagem que a vulnerabilidade e o risco se apresentam, não há somente uma forma de expressão. Dentre as várias possibilidades temos a deficiência no acesso aos serviços básicos (saneamento básico, coleta de lixo, postos de saúde, escolas e creches), o que contribui para o processo de degradação e precariedade das condições de vida das populações carentes e/ou pobres, situação que se encontra profundamente relacionada com as condições de trabalho e também de vida dos/as catadores/as de recicláveis/reutilizáveis.

Referindo-se a Porto, Junca, Gonçalves e Filhote (2004), Velloso Santos e Anjos (1997), Gonçalves (2005), Cavalcante e Franco (2007, p. 217), afirmam que:

Os riscos relacionados ao ambiente e à atividade de coleta de resíduos sólidos urbanos parecem estar bem definidos para a comunidade científica em geral. As vias de intoxicação, a toxicidade e os danos à saúde e ao ambiente, através do local de atividade, aparecem hoje como conhecimento claro e bem constituído por estudos afins, evidenciando os riscos presentes.

Considerando as informações técnicas da Funasa (2013, p. 28), os RSU espalhados no meio urbano – e, acrescenta-se, os destinados às cooperativas de reciclagem – contribuem para os agentes transmissores de doenças que sobrevivem e se reproduzem pela alimentação desses rejeitos como os ratos, baratas, moscas e mosquitos, podendo contaminar os seres humanos

Os acidentes de trabalho no meio ambiente de trabalho do mundo da catação, geralmente acontecem em decorrência da precarização e falta de condições adequadas de trabalho, traduzidos em ferimentos e perdas de membros por atropelamentos e prensagem em equipamentos de compactação e veículos automotores, além de mordidas de animais (cães, ratos) e picadas de insetos. Outra questão importante, nem sempre lembrada, relaciona-se com os cheiros e a visão desagradável dos resíduos, podendo causar desconforto e náusea nesses trabalhadores (Ferreira e Anjos, 2001).

Como bem deixa consignado Gesser e Zeni (2004, citados em Cavalcante e Franco (2007, p. 218), “a história de vida dos catadores de materiais recicláveis é marcada pela vergonha, humilhação e exclusão social; sua ocupação é sentida como sendo desqualificada e carente de reconhecimento pela sociedade”. Eis aqui, com efeito, que “outro bloco de possibilidades de risco à saúde e qualidade de vida desses catadores refere-se às questões psicossociais”, conforme assevera Cavalcante e Franco (2007, p. 218).

2.2 Exclusão/inclusão social: breve apontamento

Inicia-se a presente sessão cientes da complexidade com que nos confrontamos ao adentrar num tema complexo como é o da “inclusão social” e certos que não iremos trazer entendimento sobre todas as dimensões que o compõem e sobre as inúmeras dificuldades quando da tentativa de

efetividade da inclusão social de populações vulneráveis.

Para entender o significado do conceito não basta apenas atender ao seu significado semântico, é necessário ir muito além, como bem deixa claro Ribeiro (2006) quando chama a atenção para o facto que precisamos sair da superfície e ir ao fundo, pois em qualquer direção que se considere a necessidade de inclusão social) estamos reconhecendo que há predominância de alguma forma de exclusão social.

De acordo com Nascimento (2008, p. 28), "(...) a exclusão social é um processo complexo e multifacetado, configurado a partir da conjugação de dimensões materiais, políticas e subjetivas, envolvendo o indivíduo e suas relações com a sociedade".

Também Faleiros (2006) considera que para que se possa entender a inclusão social é necessário entender o seu oposto, que é a exclusão social, estando os conceitos profundamente vinculados. Bertucci (1996, citado em Adriano e Dias, 2010, p. 2) pontua que "a ideia de exclusão, imersa em diversas interpretações, está relacionada ao afastamento e à impossibilidade de acesso aos bens sociais, aos direitos, aos resultados do trabalho", caracterizando-se, segundo Lopes (2006):

por um conjunto de fenômenos que se configuram no campo alargado das relações sociais contemporâneas: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outras. (p.13)

Considerando o que particularmente respeita ao nosso contexto de análise, cumpre chamar a atenção para o facto de que não basta somente a implantação do Programa de Coleta Seletiva nas cidades e destinar tais resíduos às cooperativas de reciclagem, isso, por si só, não supre todas as necessidades (nem mesmo as básicas) da população de catadores de recicláveis/reutilizáveis em sua labuta diária. Ainda que se possa considerar a implantação da coleta seletiva numa ponta do processo de inclusão, do outro lado da ponta, os/as catadores/as recetores da coleta continuam, em muitos casos, vivendo e trabalhando na precariedade. Essa situação enquadra-se numa suposta inclusão e é debatida em Medeiros e Macedo (2006, pp. 65, 69 e 70) ao afirmarem que:

(...) por trás de formas aparentes de inclusão social, existem formas sutis de exclusão que conduzem a uma aparente inclusão, que camufla uma exclusão, entendida como inclusão perversa. (...)

A dialética inclusão/exclusão permite compreender o conceito de inclusão como um processo, e, assim, possibilita a compreensão da inclusão social pela exclusão. É o que se observa ao analisar as relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis: excluídos do mercado de trabalho, os trabalhadores encontram na catação a possibilidade de garantir sua sobrevivência, mesmo executando um trabalho desprovido de qualquer garantia trabalhista, e, a partir daí, sentem-se novamente incluídos.

Contudo, trata-se de uma inclusão perversa, pois como se pode verificar, com a lucratividade assegurada pelos processos de reciclagem, estes estão sendo realizados por pessoas de diferentes segmentos e até mesmo por organizações terceirizadas, o que conduz paulatinamente para nova exclusão dos catadores. (...)

As cooperativas de trabalho configuram-se em estruturas organizacionais que podem possibilitar essa inclusão justa e de modo não perverso.

No seguimento, e considerando aplicabilidade no contexto das populações que laboram na catação de resíduos sólidos recicláveis/reutilizáveis, parece-nos de grande pertinência a proposta de Capucha (2005, p.7):

a noção de inclusão social remete para o modo como os atores constroem as relações que os ligam a um espaço comum e participam nele, por um lado, e para o modo como se organizam e compatibilizam estruturalmente subsistemas que a crescente diferenciação social vai tornando cada vez mais complexos.

Segundo o autor, a participação plena em sociedade ou estar efetivamente incluído, significa:

- (i) o acesso a níveis de rendimento – originado no trabalho, nos direitos de propriedade ou no sistema de segurança social – que assegure padrões minimamente aceitáveis de consumo, isto é, de acesso a bens e serviços;
- (ii) a participação no mercado de trabalho com direitos, propiciador de sentimentos de utilidade, satisfação pessoal e a posse de um estatuto socialmente valorizado;
- (iii) o acesso à educação e à aprendizagem ao longo da vida de forma a poder movimentar-se nos diferentes contextos institucionais e adaptar-se às mudanças que ocorrem nesses contextos;
- (iv) assegurar a todos os membros dependentes das famílias o acesso aos equipamentos sociais que permitam assegurar simultaneamente a qualidade de vida e a libertação de homens e mulheres em pé de igualdade de oportunidades para o mercado de trabalho, a vida pública e a partilha das responsabilidades domésticas;
- (v) o usufruto de uma habitação com condições de conforto mínimo e a residência num território dotado de infraestruturas, de imagem positiva e propiciador da multiplicação dos contactos sociais e do enriquecimento do capital social, então estar em situação de exclusão social é o contrário de tudo isto. (Capucha, 2005, p. 9)

Ainda de acordo com Capucha (2005), a avaliação das situações de carência de categorias vulneráveis implica conhecer de que forma (como e com que intensidade) as suas necessidades básicas se encontram afastadas da satisfação e, conseqüentemente, da possibilidade de usufruírem plenamente dos seus mais elementares direitos de cidadania.

Não podemos, assim, perder de vista que os processos de inclusão e de exclusão se vão desenvolvendo numa relação de forças e referem-se a dinâmicas de inserção ou de expulsão nas diversas esferas da vida socialmente reconhecidas.

3 METODOLOGIA

Tratando-se de uma investigação junto a profissionais que desenvolvem o processo de catação de materiais recicláveis/reutilizáveis, a pesquisa realizada foi conduzida na cooperativa de trabalho de reciclagem, Cooperativa R3, localizada na cidade de Santa Maria, Distrito Federal- DF, Brasil.

Procurando descrever diretamente a experiência real vivenciada, a pesquisa conduzida possui respaldo na pesquisa qualitativa e configura um estudo de caso. A pesquisa qualitativa, conforme Bogdan e Biklen (1982, citado em Ludke e André, 1986) “envolve a coleta de dados descritivos, obtidos no contato direto do entrevistado com a situação pesquisada, enfatizando mais o processo que o produto e com a preocupação principal de retratar a perspectiva dos participantes” sendo “utilizada quando se busca descrever a complexidade de determinado problema, não envolvendo manipulação de variáveis e estudos experimentais (...) leva em consideração todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas, numa visão holística dos fenômenos” (Gressler, 2007: 49).

Cabe salientar que as limitações de um trabalho desta natureza (na sua dimensão e nas suas balizas temporais de execução) não permitem desenvolver uma análise exaustiva do fenômeno em questão. Não foi pretensão advogar que se conheceriam todos os contornos desta realidade em profundidade e na sua multidimensionalidade; antes nos situamos numa lógica exploratória e que, cremos, trará informação pertinente e relevante sobre um objeto de estudo relativamente ao qual existe, ainda, pouca informação científica produzida.

No âmbito da produção de informação foram seguidas três modalidades distintas, mas complementares: recurso a fontes bibliográficas, documentais e legislativas; realização de entrevistas e observação.

Recorreu-se, assim, ao longo de todo o trabalho, a material publicado em livros, revistas, jornais, sites governamentais, possíveis informações documentais internas da cooperativa e à produção legislativa atinente ao tema em análise.

No que respeita às entrevistas, inicialmente propusemo-nos suscitar a narração de inspiração biográfica, considerando, como Rodrigues (2005, p. 72), que as narrativas de vidas, contadas pelo próprio, permitem a “restituição da singularidade aos sujeitos e a reconstituição das trajetórias sociais (passado, presente e futuro) a partir dos seus quadros de significância” assim como o seu “posicionamento e a localização desses sujeitos face a situações e contextos histórico-sociais”.

Contudo, nos contactos iniciais no local de pesquisa e com os sujeitos a convocar para esta análise cedo percebemos que dificilmente conseguiríamos obter da sua parte a disponibilidade necessária para desenvolver um procedimento desta natureza – requeria tempo a dedicar ao momento de interação com o investigador e pareceu-nos pouco justo roubar-lhes horas de trabalho necessárias para a obtenção da sua renda diária. Por outro lado, também se percebeu que a conversa mediada por gravador causava inibições.

Assim, optámos por propor a realização de um conjunto de entrevistas e complementar o processo de recolha de informação a partir da observação direta, permanecendo o mais possível no local de trabalho dos entrevistados, a Cooperativa, desenvolvendo conversas informais. Sob registo gravado, foram, então, realizadas 5 entrevistas semi-diretivas.

Salienta-se que, não obstante serem em reduzido número, o período de realização destas entrevistas prolongou-se de novembro de 2015 a julho de 2016. Ao longo deste período foram inúmeras as visitas que fizemos à cooperativa e desde cedo percebemos que não só havia uma grande disponibilidade para momentos de prosa mais informais, como essas conversas se revelavam bastantes mais reflexivas e muitas vezes transmitindo informações mais valiosas daquele público do que as conversas em situação de entrevista mais formal em que o gravador funcionava como elemento inibidor.

Desta forma, optamos por frequentar com regularidade o espaço da Cooperativa R3, entre novembro de 2015 e agosto de 2016, desenvolvendo momentos observacionais no decurso dos quais estabelecemos conversas informais, não gravadas, e acompanhamos a rotina de trabalho. Esta modalidade de investigação viria a revelar-se como a mais produtiva em termos de conteúdo e riqueza de informação, tendo a observação acabado por ganhar peso e relevância à medida que fomos adentrando na realidade em questão, reenviando para uma lógica de “pesquisa de terreno”, na linha do que refere Baptista (2001: 57):

“Os educadores sociais deverão (...) afirmar-se, fundamentalmente, como profissionais do terreno, como atores/autores de estratégias mais contextualizadas e, aparentemente, mais modestas, mas que, por isso mesmo, ajudam a fazer a diferença. (...) Trata-se sim de valorizar a proximidade com as pessoas e com a singularidade das situações, evidenciando a riqueza das pequenas experiências e a grandeza dos gestos simples”.

A pesquisa de terreno, entendida enquanto método que articula técnicas de recolha de informação, de acordo com Costa (1999, p. 11):

(...) assenta na presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo, em contacto directo com as pessoas e as situações, (...) o principal instrumento da pesquisa é o próprio investigador, através das observações «de primeiro grau», a que vai procedendo, de pessoas e grupos, gestos e verbalizações, comportamentos e situações, símbolos e objectos, actividades e processos, e através das “observações de segundo grau” que continuamente faz dos modos de relacionamento que os membros da unidade social em estudo com ele vão estabelecendo.

Ainda de acordo com o mesmo autor, no desenvolvimento desta estratégia de observação,

O investigador observa os locais, os objectos e os símbolos, observa as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos. Participa, duma maneira ou doutra no quotidiano desses contextos e dessas pessoas. Conversa com elas (...). (Costa, 2001, p. 132).

No que respeita ao processo de tratamento da informação recolhida, quanto às entrevistas numa primeira fase procedeu-se à sua transcrição registando-se os discursos tal qual como foram produzidos, numa segunda fase foi feita uma leitura anotada dos textos transcritos e numa terceira fase procedeu-se ao agrupamento da informação em unidades temáticas. A sistematização da informação foi feita com base na proposta apresentada por Guerra (2006), autora que refere que o manancial de informação que resulta de uma pesquisa qualitativa “é geralmente sujeito a uma análise de conteúdo, mas esta não constitui, no entanto, um procedimento neutro, decorrendo o seu acionamento e a sua forma de tratamento do material do enquadramento paradigmático de referência (Guerra, 2006,p. 62)” variando o seu tratamento “de pesquisa para pesquisa e de investigador para investigador” (Guerra, 2006, p. 63).

Através da realização da análise de conteúdo reduz-se a quantidade de material a trabalhar; conhecem-se os discursos, quer no todo como nas componentes que os constituem; comparam-se os discursos produzidos em cada entrevista (Guerra, 2006). Na presente investigação, os discursos analisados foram ainda cruzados com a informação recolhida nas modalidades de pesquisa mais informais, complementando a análise e ajudando a interpretar a informação recolhida pelas entrevistas. Surgem, assim, incorporados na discussão apresentada ao longo do trabalho.

Deixando evidenciado uma questão importante no que refere às contingências da pesquisa realizada, ainda que, por razões a que somos alheios dado que era nossa intenção inicial entrevistar homens e mulheres, tenhamos acabado por só conseguir obter em registo gravado a perceção de mulheres catadoras, consideramos que tal não reenviava este trabalho para a abordagem dos estudos de gênero dado que a pesquisa desenhada não foi pensada nesse enquadramento. Do conjunto de ações de pesquisa desenvolvidas, contudo, foi possível perceber que, no que respeita à situação e enquadramento de trabalho homens e mulheres se encontram nas mesmas circunstâncias – não descaramos que poderão existir, concomitantemente, fatores de género que eventualmente possam distinguir o grupo de homens do grupo de mulheres mas esses fatores não foram abordados neste trabalho por não corresponderem aos objetivos da pesquisa. Contudo, por questões de rigor, iremos referir-nos às catadoras e não afirmaremos como válida também para os homens a informação recolhida junto das mulheres.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Contexto e caracterização

Como anteriormente referido, a pesquisa foi realizada na cooperativa de trabalho de reciclagem, Cooperativa R3 que se encontra instalada na cidade de Santa Maria, Distrito Federal (DF), Brasil. Esta Cooperativa nasceu a partir da sensibilização desenvolvida pelo governo local, atraindo a atenção de duas pessoas, um casal, que vindo da região nordeste do Brasil para o Distrito Federal-DF (Brasília), se dedicavam à catação de recicláveis; no casal, a mulher acabou por se dedicar à instalação da cooperativa, sendo a sua atual presidente.

A pesquisa realizada evidenciou que esta Cooperativa possuía apenas um semi-galpão parcialmente fechado (metade parede e metade grade) que acomodava a balança, a prensa e a mesa de escritório para as anotações administrativas; uma parte da cobertura desse galpão acomodava uma improvisada bancada para a triagem de materiais. Não sendo murada, a Cooperativa deposita toda a coleta seletiva vinda das cidades num imenso pátio a céu aberto de resíduos. Os/as catadores/as trabalham expostos ao sol, à chuva, sujeitos às intempéries. A separação do material reciclável por tipo é feita pela catação diretamente dos sacos dispostos no chão, não havendo esteiras mecânicas transportadoras, somente uma bancada improvisada.

A Cooperativa não apresenta instalações adequadas para as refeições que são consumidas no mesmo local de catação, ao lado dos resíduos. A água potável é a disponível da rede, direta das torneiras. Há um banheiro para ambos os sexos, apenas com vaso e sem chuveiro.

A jornada de trabalho é variada, com intervalo para almoço de uma hora e para lanches quando for possível, dependendo se o próprio catador levou.

Com relação à rotina de trabalho, as atividades de triagem, enfardamento, pesagem, e armazenagem, são feitas a céu aberto, em terreno de chão batido, no pátio de disposição dos RSU.

Foi possível contabilizar a existência de cerca de vinte e dois catadores e catadoras, embora esse número não seja permanente, pois alguns não mantêm uma regularidade laboral dentro da Cooperativa (o acesso é flexibilizado), ora entram, ora saem, o que pode reduzir esse total para metade. Aquando da entrevista com a Presidente da Cooperativa, constatou-se o predomínio de catadoras (54,5% eram mulheres).

Quanto à escolaridade, tal como noutras pesquisas sobre a mesma temática, estamos diante de um grupo inteiramente detentor apenas do ensino fundamental incompleto e que estão há muito tempo longe das escolas.

Quanto à remuneração dos trabalhadores, segundo indicado pela responsável da Cooperativa, a renda é distribuída por hora trabalhada e/ou por volume de material triado. Situação bastante complexa e difícil de ser superada a curto prazo é a ausência da contribuição previdenciária pelos/as catadores/as; ainda que os valores padronizados pela Previdência para essa profissão sejam acessivelmente diferenciados das demais classes, nenhum destes trabalhadores contribue.

Considerando, como já anteriormente referimos, que do total de trabalhadores e trabalhadoras na Cooperativa R3 apenas cinco mulheres se dispuseram a ser entrevistadas, a partir da informação levantada e das entrevistas realizadas, apresentaremos algumas características destas catadoras.

No que respeita à idade, uma das catadoras entrevistadas tem menos de 40 anos tendo as restantes quatro idades acima dos 45 anos. Duas declararam ser casadas e três solteiras. Todas têm filhos – duas têm dois e três têm quatro.

Quanto à sua naturalidade, duas são do Centro-Oeste e três do Nordeste – o Distrito Federal (DF) reúne pessoas de várias cidades do Brasil, até pelo fato de ser a capital federal, com uma ampla expansão habitacional e expectativas de trabalho, o que estimulou a migração das pessoas para a capital, principalmente as da Região Nordeste.

A Cooperativa R3 possui, como referido, instalação fixa na cidade de Santa Maria-DF, sendo três das entrevistadas residentes dessa cidade. As outras duas entrevistadas, residem, uma, em Gama-DF e, outra, em Samambaia-DF – ambas cidades da área de abrangência da cooperativa

Tal como noutras pesquisas em âmbito nacional, a escolaridade que detêm corresponde ao ensino fundamental incompleto, constatando-se que uma catadora possui somente a 4ª série.

Três das catadoras vivem em casa alugada, pagam o aluguel com o dinheiro que recebem da catação, uma indica residir em casa própria e outra viver em casa cedida. Quanto aos equipamentos, quatro indicam possuir os eletrodomésticos básicos, como TV, fogão e geladeira e uma indica não possuir nenhum. Duas catadoras referiram a posse de computador em casa.

Todas as entrevistadas afirmam que a principal atividade profissional é a catação, são “Catadoras de Materiais Recicláveis/Reutilizáveis” e apenas uma desenvolve outra atividade paralelamente: artesã.

Todas começaram a trabalhar muito cedo, duas aos 12, duas aos 18 e uma aos 20 anos de idade. Trabalham na catação entre há 3 e 10 anos.

Quanto aos rendimentos mensais provenientes do trabalho da catação, foi possível perceber que há muita variação mês a mês e que o rendimento obtido está estritamente relacionado à produção que cada uma consegue desenvolver no dia-a-dia do trabalho, o que conduz a que mesmo quando uma catadora não está fisicamente bem em determinado dia terá de produzir satisfatoriamente para manter a média de ganhos. De acordo com a informação recolhida, há quem chegue a receber menos de um salário mínimo e há mesmo quem receba menos de meio salário mínimo. Quando questionadas sobre a existência de outra fonte de renda mensal pessoal, são unânimes dizendo que nenhuma possui. Já quando se engloba a somatória da renda do núcleo familiar, mensalmente,

temos uma leve melhoria para uma ou outra catadora, mas na maioria não é ultrapassado um salário mínimo e meio.

4.2 Ser catadora

Mesmo com toda uma gama de interferências negativas (dificuldades, constrangimentos), é possível ouvir relatos das catadoras entrevistadas afirmando que se sentem felizes com o trabalho que possuem.

A entrevistada *Josefa* (todos os nomes são fictícios), 52 anos de idade, solteira, mãe de quatro filhos, mora num “barracãozinho” que o filho arranhou perto dele na Cidade de Santa Maria-DF, estudou até à 5ª série e começou a trabalhar aos 18 anos de idade, diz sempre ter trabalhado como catadora; está na catação de resíduos sólidos recicláveis/reutilizáveis há oito anos e afirma gostar do que faz.

Josefa: Eu gosto de fazer esse trabalho. Sempre fiz. Antes eu fazia na rua. Depois eu vim aqui pra reciclagem (...). O motivo que levou falta de emprego, falta de opção de trabalho, que não tinha. Não tem trabalho a gente vai fazer o quê, a gente tem que manter alimento e tudo a gente vai catar na rua. E porque eu gosto, eu gosto né.

Eu catava na rua. Catava na rua, no carrinho e ia levar lá pra uma mulher que compra material, que ela compra também e vende pra capital também. (...) eu vendia pra ela, a Maria, e a gente catava na rua, no carrinho e levava pra “X” [nome suprimido para evitar identificação] porque ela também compra e vende pra capital, aí catava aqui na rua, na Santa Maria, levava lá. Assim foi meu começo aqui, catando na rua.

Se eu acho um trabalho digno, tá entendendo? É um trabalho digno desde quando ele seja tratado com dignidade também. É um trabalho digno também. Gosto de fazer esse trabalho, gosto muito. Eu amo fazer esse trabalho principalmente numa reciclagem igual à da “Y” [nome suprimido para evitar identificação] que é uma reciclagem modelo que tem esteira, tem galpão, tem tudo, tem refeitórios, tem café da manhã, tem, tem tudo, tem almoço às vezes e tipo a “Y” que é uma Presidenta que respeita com dignidade os catadores, tá entendendo: eu gosto de fazer esse trabalho, eu amo fazer esse trabalho, sabe? Que é um trabalho digno como se fosse outro qualquer. Pra mim é como se eu ‘tivesse num escritório, mas desde quando ele seja tratado com dignidade também porque é isso é o que não tem aqui.

Estamos diante de uma profissão comumente considerada como altamente precária, situação que tivemos a oportunidade de demoradamente observar, contudo é de salientar que na perspectiva destas mulheres o trabalho da catação é apresentado como uma profissão como qualquer outra, encarada como um modo de sustento e, não obstante as dificuldades, de um modo geral é por elas considerada como importante.

Importante em vários sentidos. O primeiro e mais marcante parece residir, precisamente, na garantia do sustento pessoal e familiar; o segundo, revela-se na imagem positiva que projetam de si próprias e do trabalho que desenvolvem em contraponto à imagem estigmatizada que a sociedade, de um modo geral, parece apresentar em relação àqueles que trabalham com o lixo. Como refere Miura (2004, p. 13), sentem a sua ocupação “como fonte de dignidade, sim, e modo legítimo de se obter renda, uma vez que conseguem dessa maneira se inserir como trabalhadores, diferenciando-se de mendigos e vadios”.

O principal motivo destacado pelas entrevistadas para iniciarem o trabalho de catação é o desemprego ou as dificuldades em arranjar trabalho, situações que surgem verbalizadas como falta de opção; Miura (2004) e Medeiros e Macêdo (2006) referem idêntica situação.

Contudo, foi possível alcançar que a não adaptação em outras profissões detém enorme peso no ato de iniciar a procura pela profissão de catadora. Percebe-se ainda, tanto na leitura dos relatos como nas observações *in loco*, que a flexibilidade (entram e saem quando querem) que têm no ambiente ocupacional é fator também determinante. Atrela-se a tudo isso, a questão da escolaridade deficiente (baixo nível escolar) que reprime a iniciativa em procurar qualquer outra

profissão. O que está de acordo com Medeiros e Macedo (2006, p. 67) ao referirem que “a baixa escolaridade também está associada à autoimagem que os catadores fazem de sua profissão e posição social. Muitos catadores associam a falta de estudos à condição de ter que viver do trabalho de catação”.

Reconhecendo que se trata de uma profissão penosa, ainda assim, expressam gostar da profissão, revelam orgulho em fazer bem a sua atividade, havendo quem demonstre sentir-se valorizada no contexto de trabalho e é, ainda, salientada uma consciência ambiental e ecológica relatada como dignificante da ação desenvolvida.

4.3 Dificuldades e constrangimentos

As catadoras relatam as dificuldades sentidas, quer aquando do início da profissão, quer na atualidade. São referidas as péssimas condições de trabalho, quer no que respeita à ação concreta do seu desempenho, quer no que respeita à estrutura física precária dentro da cooperativa. Salientam, também as dificuldades em lidar com a seleção de resíduos, uma vez que a coleta seletiva é precária e permite que todo o tipo de resíduo seja misturado aos seletivos antes de chegar à cooperativa.

Severina: No início foi um pouquinho difícil né. Quando eu cheguei que eu abri o bag prá mim colocar as coisas prá eu reciclar o lixo eu pegava era assim de longe, tampando o nariz (risos). [Agora] não acho difícil, não, é fácil. Muito fácil que eu já acostumei.

Raimunda: Eu só acho ruim o que o lugar oferece prá gente. Não é bem estruturado. (...) O lixo não vem totalmente reciclado, muito orgânico. Vem muita sujeira que não é prá ser reciclável. (...) Mas assim, prá trabalhar nem me importei muito, mas assim as condições de trabalho é que foi ruim.

Como se percebe, trata-se de profissão altamente vulnerável, sendo quase impossível que as catadoras não sofram constrangimentos decorrentes de fatores diversos. Os relatos obtidos demonstram que a vida na catação é um mundo de sofrimento, é penoso desde o repouso para refeição, até o momento de receber o parco salário após um mês de catação. Há ainda, em grande parte dos relatos referência a preconceito dos moradores vizinhos à cooperativa.

Antônia: (...) quando tá na chuva é mofando, trabalha dentro da lama e ainda vem os povo próprio da comunidade toca fogo, xinga, tem gente que para pra xingar, pra tirar foto, pra constranger mesmo o catador, o catador é meio que um nada né?

Como bem explica Miura (2004, p. 38), os catadores já têm uma atividade que é problemática, trabalhando “sem condições de segurança, comem do lixo, puxam carrinhos pesados (...) ainda sofrem com a discriminação, o preconceito, que também levam ao padecimento”. A autora chama a atenção para a conotação negativa que o lixo tem, como aquilo que “é jogado fora, gera asco, é sujo, é pernicioso à saúde, é sofrimento, gera discriminação e preconceito” (p. 38).

As condições de trabalho como se percebe, não são as melhores. Todos os relatos das entrevistas foram claros na questão de que há muito esforço físico na rotina laboral, seja homem ou mulher. Cabe pontuar que os intensos esforços representam maior produção o que aumenta um pouco a renda. Vejamos abaixo os relatos:

Antônia: Ó, força a gente faz muito esforço. Primeiro pra puxar os bag de lixo pra não... então o lixo é o que é mais pesado. E o reciclável que a gente puxa pra balança e algumas vezes a gente prefere a gente mesmo colocar o papelão dentro do container, apesar da cooperativa ceder um funcionário, paga um funcionário pra fazer essa parte pesada pra gente, só que as vezes eles faltam, faltam bem no dia da gente vender, então a gente mesmo se submete a encher a caçamba de papelão. (...) o sol castiga demais, faz com que o corpo da gente fique mais cansado (...) então arrasta bag pra lá e pra cá, eles pesa em torno de 30kg cada, e o ferro, quando é bag de ferro é muito difícil (...) a gente pede ajuda de outro, pede ajuda de um companheiro homem e aí um puxa o coisa do outro (...) o esforço é o tempo todo, o tempo todo a gente faz esforço, o tempo todo é cansativo (...).

As conversas mantidas foram apontando para um comprometimento da saúde em decorrência dos

esforços físicos no ambiente de trabalho, comprometedores, cedo ou tarde, da saúde de quem desenvolve esta atividade que, além do mais, corresponde a um trabalho feito de forma rotineira e repetidamente.

Josefa: (...) às vezes chega lá em cima tremendo, tremendo. E abala muito os nervos. Você fica tremendo. Não sei se é fraqueza, nós estamos muito... esgotamento físico. Esgotamento físico. É tipo a mulher, a mulher pode descer útero, pode comprometer útero porque dá muito força, pega muito peso, vejo muita mulher gritar aí isso aqui vai descer isso aqui tá demais. E é por aí. Assim dá quase assim uma fraqueza por causa do serviço que às vezes a gente acha pesado, às vezes a gente acha porque faz um pouquinho de força (...).

Relativamente às questões de saúde e segurança no ambiente de trabalho, a utilização de EPI é de suma importância para a salubridade pessoal e laboral. Muitos fatores interferem na dinâmica em que se dá o seu uso, sendo a sensibilização um dos primeiros passos para que se dê a sua plena adoção pelos/as trabalhadores/as. Os danos que resultam da não utilização de tais equipamentos repercutem-se com extrema agressividade na vida pessoal de trabalhadores/as, comprometendo seriamente a sua saúde e originando acidentes de trabalho que podem ter consequências prolongadas e permanentes. A negligência que se pode em muitos momentos observar no meio ambiente de trabalho se dá tanto da parte de trabalhador/a como do empregador.

Quer da informação recolhida nas entrevistas, quer no que foi sendo observado ao longo do período passado na Cooperativa e, ainda, por informação da própria Cooperativa (aqui entendida como empregador, embora se trate de uma cooperativa), e tendo como parâmetro a relação constante no Apêndice VI que trata da Lista de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para serem utilizados por todos os trabalhadores da produção quando da triagem de resíduos sólidos, a partir do que a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO) tecnicamente chancela a respeito da saúde e segurança no meio ambiente do trabalho da catação, constatou-se a adoção por parte das catadoras e dos catadores de botas, luvas e camiseta. Contudo, a utilização destes equipamentos é pontual; por vezes usam um e não outro e, ainda, foi possível perceber, depende até mesmo de serem encontrados nos resíduos para que sejam reaproveitados por cada catadora e catador.

De tudo que vimos, podemos citar que é muito elevado o risco de desenvolvimento de doenças respiratórias e de dermatoses por contato com poeiras e partículas, poeira de vidro e gases em suspensão, de queimaduras ou sensibilidade dermatológica por presença de resíduos nas embalagens plásticas e do desenvolvimento de doenças ocasionadas por metais pesados presentes em equipamentos eletroeletrônicos e lâmpadas fluorescentes.

Questão que se prende com o manuseio de objetos perigosos à saúde. A existência de objetos perigosos juntamente com os resíduos sólidos recicláveis/reutilizáveis da coleta seletiva ainda é um enorme problema a carecer de resolução. A deficiência do programa coleta seletiva que destina tais resíduos às cooperativas de reciclagem é visivelmente presente no cotidiano da catação, quando se nota a presença de todo e qualquer tipo de resíduo juntamente ao que deveria ser seletivo. Além de se perceber a partir das narrativas das entrevistadas, *in loco* foi observado nas montanhas de resíduos a total mistura de todo e qualquer tipo de resíduo: lixo orgânico, hospitalar; construção civil; caco de vidro; animal em decomposição, são alguns exemplos.

Josefa: Muito objetos perigosíssimos. Agulha, agulha descartável, agulha de hospital, material hospitalar vem com agulha. Tipo, animal morto já cheio de, já em decomposição. Vem animal morto, tipo, é papel com sangue. Sangue, já veio aquele tanto de sangue você sabe. Papel higiênico, nós mexe sacola, nós somos obrigados a rasgar sacola de papel higiênico. Nós somos obrigados. Por lei aqui a gente tem que rasgar pra aproveitar a sacola plástica. Pra aproveitar o saquinho, a sacola plástica. Eu acho papel higiênico muito perigoso. Quando nos abre a sacola vem aquele cheiro, vindo assim no seu, na sua, no seu rosto.

Como a coleta seletiva é deficiente, em que os RSU encaminhados para a reciclagem contém resíduos misturados (material orgânico, hospitalar, etc), verifica-se a possibilidade da presença de animais cinantrópicos (dentre eles os ratos, abelhas, pulga, mosquitos, pulga, aranha, barata,

formiga, mosca, entre outros), o que configura riscos para a saúde dos trabalhadores da catação, bem como da população (moradores) em torno da cooperativa.

Comumente associada a este grupo profissional está a representação que desenvolvem vários comportamentos de risco, nomeadamente no que respeita a dependências. A responsável pela Cooperativa considera:

Presidente: Tem um que morre dizendo que não, mas eu acho que sim, mas eu acho que são 7 catadores. Dos 28, 7 são usuário diário. E 2 são alcoólatras. Dois homens são alcoólatras, 7 são usuário de droga pesada mesmo e 1 mulher é alcoólatra, a mais trabalhadeira, por incrível que pareça, a que eu gosto mais. A filha falou que ela é, todo dia.

Embora tendo consciência que dificilmente as nossas entrevistadas assumiriam o consumo excessivo de qualquer tipo de substância, ainda assim, afluamos o assunto. Constatou-se que o fumo predomina na vida das catadoras, embora reconhecendo que o fumo não é saudável.

Embora tenham sido unânimes quanto ao não consumo de bebidas alcoólicas, o dado merece cautela, pois segundo a própria cooperativa, há situações de alcoolismo no ambiente de trabalho envolvendo mulheres principalmente, até mesmo, costumam frequentar as instalações da cooperativa nos finais de semana para momentos de consumo. Contudo, do total de trabalhadoras na Cooperativa apenas cinco acederam a ser entrevistadas, pelo que não podemos de forma alguma assumir que os seus relatos não correspondem à verdade – ainda que haja consumo excessivo de álcool entre as catadoras, estas, em concreto, poderão não se encontrar entre as que bebem.

Quanto ao consumo de drogas ilícitas, trata-se de mais um tema complexo. Iniciar conversas com as entrevistadas a respeito desse assunto revelou-se de total complexidade, se num primeiro momento as respostas foram enfaticamente negativas, tivemos a confirmação mais adiante, da existência de consumo de “maconha”.

Questão absolutamente preocupante prende-se com a alimentação. Já referimos que a Cooperativa não tem local adequado para fazer as refeições, almoçam no mesmo local onde há resíduos, não possuem cantina. O intervalo para lanches, quando é possível, não ultrapassando os 20 minutos (pelo que foi observado nas permanências na cooperativa).

Mas, ainda mais preocupante, de tudo o que vimos relacionado à saúde alimentar, e dos riscos associados ao consumo de alimentos que podem ter sido contaminados no meio onde são mantidos até ao momento do consumo e, posteriormente, no local onde são consumidos, constatamos a existência de uma prática comum no meio ambiente de trabalho da catação: o consumo de alimentos catados do lixo.

Encontrar alimentos vencidos ou restos de alimentos é comum na própria coleta seletiva, com efeito, tais resíduos carregados de alimentos diversos, chegam à cooperativa e no ato de selecionar o que é reciclável/reutilizável os/as catadores/as se deparam com tais alimentos chegando, nalguns casos, a consumi-los. Os relatos abaixo comprovam tal prática:

Antônia: Diariamente a gente acha as coisas.

Severina: Todas coisa que eu acho, um biscoito, uma verdurinha boa assim. Até um dia eu comi uma pizza aqui. (...) Às vezes eu encontro um pacote de feijão, pacote de sal, um pacote de 5 kg de arroz você não vai levar prá casa?

Josefa: Já comi biscoito uma vez que eu catei peguei do lixo mesmo. Teve que pegar porque tava com uma fome, não tinha dinheiro pra comprar aí eu tive que pegar. Tá aí todo mundo. Todo mundo pega.

De acordo com Miura (2004, p.38), saúde não corresponde apenas a uma questão biológica, assim como “a relação estabelecida entre trabalho, sociedade e saúde não se restringe apenas à influência de agentes bacteriológicos, microrgânicos e ambientais”, também é determinada

socialmente pelos processos de inclusão e/ou de exclusão. De acordo com a OMS saúde corresponde a um completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença.

Facilmente se constata que, no caso das catadoras entrevistadas e dos demais catadores a laborar na Cooperativa R3 as suas condições de trabalho em nada contribuem para o desenvolvimento do seu bem-estar físico e psíquico; embora conscientes dos perigos a que estão sujeitos as suas percepções no que respeita à condição de saúde revelam preocupações que não são substancialmente diferentes de trabalhadores de outros ramos sugerindo a necessidade de serem desenvolvidos esforços no sentido de uma educação para a saúde.

Quisemos, também, perceber quais as suas percepções quanto a fatores que pudessem contribuir para o desenvolvimento da sua qualidade de vida. Ainda que de forma sintética, porque sintéticas foram também as suas explicações, não podemos deixar de salientar os aspetos salientados até porque remetem para um conjunto muito significativo e vasto de dimensões.

Antônia: (...) eu queria somente descansar final de semana, ter uma casa, não precisar pagar aluguel, por enquanto eu pago aluguel (...).

Josefa: Ah eu quero é melhorar. Quero ter uma boa qualidade de vida que eu não tenho. Que agora eu não tenho. (...) Ah uma casa própria. Ter um trabalho que seja tratado com dignidade sabe. Que eu tenha o direito que tem que ter. (...) aqui no meu trabalho que eu não tenho.

A iniciar pelo simples e merecido descanso no final de semana (sendo que muitos/as catadores/as trabalham nesses dias), vemos, ainda, relacionado ao trabalho, condições laborais adequadas, melhor remuneração/salário e direitos trabalhistas. Para além das questões laborais, manifestaram o desejo de conquistar uma casa própria, melhor acesso aos serviços de saúde e tratamento digno.

De alguma forma, estas aspirações refletem muito do que lhes falta. Remetem para a precarização nas relações de trabalho, para a falta de condições laborais na realização da sua atividade, que, como vimos, é desenvolvida com rotinas pesadas e precárias e com ganhos que, na generalidade, não asseguram uma sobrevivência digna. Mas remetem também para as questões relacionadas com as desigualdades sociais: acesso a casa própria, melhores serviços de saúde.

Em suma, condições seguras e dignas de trabalho, inclusão social efetiva e acesso ao exercício pleno da sua cidadania.

5 CONCLUSÃO

De posse das evidências coletadas e explicitadas no decorrer da investigação, restou demonstrado que as implicações sociais, ambientais, culturais e econômicas, atreladas ao excludente modelo de desenvolvimento predominante, volta-se para o insucesso da inclusão social dos/as catadores/as de materiais recicláveis.

A inserção social dos/as catadores/as de recicláveis/reutilizáveis é um dos maiores desafios a ser vencido ou mesmo mitigado, haja vista, a necessária interação de várias políticas públicas, tais como: económicas, profissionais, para a saúde e para a educação dos catadores (Marchezini, 2013).

O estudo revelou um conjunto de problemas nas condições de vida e trabalho dos catadores, ainda que uns tenham ficado mais evidentes do que outros. Riscos significativos para a saúde e segurança no ambiente ocupacional; insalubridade e periculosidade; exposição a doenças; condições de trabalho precárias; jornada de trabalho inadequada; desenvolvimento de comportamentos de risco, como: alcoolismo, consumo de drogas, tabagismo, alimentação precária. Além disso, encontram-se em situação de forte vulnerabilidade económica, com percursos educacionais incompletos e de baixa escolaridade, antevendo-se dificuldades em melhorar as suas condições perante o trabalho, seja por mudança de emprego, seja por mudanças no emprego (atual). Ainda que a cooperativa de reciclagem, na figura da Cooperativa pesquisada esteja contribuindo para promover a inclusão social dos/as catadores, essa inclusão é aparente, é excludente; mesmo incluindo-o no que respeita à possibilidade de realização de uma atividade remunerada, de onde podem retirar renda para o seu sustento, substancialmente melhor do que

catar no lixão ou na rua, ao laborem nas condições precárias relatadas, perversamente essa inclusão torna o catador ou catadora em um refém da exclusão.

Conclusão a que igualmente chegam outros estudos noutros contextos de catação em cooperativa de reciclagem. Como referem Medeiros e Macêdo (2006, p. 64):

Muitos autores abordam a inclusão social tomando como referência principal a situação de desemprego. Assim, estar desempregado significaria não estar integrado. Mas, o que dizer daqueles que trabalham sem, contudo, terem um emprego? Seria o desemprego o ponto de partida para a análise da inclusão/exclusão social de uma parcela de trabalhadores que desempenham trabalhos como a catação de material reciclável? A adoção exclusiva desse ponto de partida levaria ao ofuscamento de artimanhas da exclusão social.

Miura (2004), considera que não obstante as condições precárias em que trabalham e vivem, é, contudo, o lixo que lhes dá uma condição de vida mais digna do que a que tinham antes de se tornarem catadores, pois é

do lixo que consegue sobreviver, comendo dele, através dele, pagando suas despesas com o dinheiro que obtêm com ele (...). Já não se trata de lixo renegado, mas de lixo “adorado”, do lixo que traz alegria, satisfação, alívio por ter as contas pagas e comida na mesa, felicidade por poder satisfazer as necessidades humanas mais básica (Miura, 2004: 144).

Como vimos a partir dos relatos das nossas entrevistadas e como nos foi dado perceber a partir da observação realizada na cooperativa pesquisada alguns catadores e algumas catadoras também apontam a atividade que desenvolvem como o garante da sua subsistência, como um trabalho que consideram tão digno quanto qualquer outro e, apesar de todas as queixas e de todas as dificuldades identificadas, afirmaram não querer fazer outra coisa. Quererá isso dizer, como tem sido divulgado pela mídia em geral, por alguns estudiosos e instituições de diversos setores, que a catação constitui uma possibilidade de inclusão social de uma parcela de trabalhadores? Questionamo-nos, como Medeiros e Macêdo (2006, p. 66):

Mas qual a qualidade dessa inclusão? Seria o fato de estar trabalhando, não importa em quê e como, garantia de inclusão social? O fato de conseguirem garantir meios para a sua sobrevivência e a de seus familiares seria sinônimo de inclusão? Seria de fato uma inclusão ou mais uma forma de exclusão transmutada em inclusão?

O cooperativismo de trabalho, no âmbito da realidade da cooperativa observada, parece-nos longe de alcançar os princípios básicos do movimento cooperativista, parecendo desconhecer a missão que lhe está subjacente, pese embora utilizar a denominação “cooperativa de reciclagem”.

A investigação realizada traz apenas subsídios iniciais que apontam para vários fatores que contribuem para as precárias condições de vida e trabalho dos/as catadores/as de recicláveis/reutilizáveis a partir da cooperativa observada, permitindo o leque de informações levantadas identificar várias dimensões nas quais importa e é urgente intervir.

A intervenção junto desta população vulnerável, tendo em vista o desenvolvimento de processos de inclusão efetivos e que conduzam ao pleno exercício da sua cidadania, começa muito antes do processo de catação. Começa em cada um de nós. Nas nossas práticas de consumo. Decorrentemente, na forma como organizamos o nosso lixo. Na forma como selecionamos o nosso lixo. Como colocamos o “lixo” no “lixo”, e, seletivamente, “material a ser reciclado” no “material a ser reciclado”. Na nossa consciência ecológica e ambiental. Alterações nas práticas da população seriam um primeiro grande passo para melhorar as condições de trabalho e qualidade de vida destas pessoas que trabalham na coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis/reutilizáveis. Concomitantemente, contribuiria para a sensibilização da população para a importância do trabalho dos catadores e para a progressiva eliminação de atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios.

O que se relaciona com outra linha de trabalho, referente à articulação que se faz necessária entre os eixos educativo e de saúde pública. Embora tenham sido possível perceber que os catadores e as catadoras conhecem um conjunto significativo de riscos a que se expõem, a sua percepção sobre

cuidados a ter, medidas de proteção a desenvolver e necessidade de seguimento de uma efetiva rotina de cuidados de saúde, nomeadamente na linha preventiva com a vacinação adequada, parece-nos matéria de particular importância e de grande urgência na ação.

O que se prende com uma outra linha de trabalho e de articulação. As condições em que se dão o movimento cooperativista nesta área estão longe de ser as ideais ou, sequer, de corresponderem à intenção legislativa da sua criação. Assim, faz-se necessária, em primeiro lugar, uma ação que contribua para a construção de cooperativas com as condições mínimas de trabalho e, posteriormente, um acompanhamento para implementação das normas de segurança e de higiene no trabalho e sua real efetivação.

Ainda, regulamentação no que respeita às questões de gestão econômica e financeira que garanta uma relação de trabalho em efetiva cooperação e não um processo deturpado em que estamos, na realidade, em presença de relações assimétricas de poder no espaço cooperativo.

Idealmente poderia ser traçada uma estratégia nacional para a inclusão dos trabalhadores da catação, que permitisse estabelecer um conjunto de metas e desenvolver um conjunto de ações articuladas com a participação de vários e diferentes parceiros, à escala nacional e regional (Ministério do Ambiente, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Municípios) e à escala local (instituições de ensino, serviços de saúde, associações da sociedade civil, cooperativas de reciclagem).

Inegavelmente, é fundamental uma intervenção alargada, pois o foco de atuação é múltiplo e os problemas encontrados são transversais a vários domínios: educação, saúde, cultura, meio ambiente do trabalho, moradia, alcoolismo, drogas, tabagismo, saúde e segurança do trabalho, direitos sociais.

Em alinhamento com Miura (2004), o problema hoje não está em reconhecer legalmente o catador como um profissional, mas sim, em reconhecer seu direito às condições dignas de trabalho e de vida para além da perspectiva estrita da sobrevivência.

É muito frequente a veiculação de notícias referindo a questão da reciclagem como se tudo estivesse sendo resolvido e mesmo superado. Sabemos que não basta simplesmente contratar uma empresa para coleta seletiva e ao fim destinar para as cooperativas (tratarem) e essas, com suas vulnerabilidades, serem as responsáveis por todo o processo daí em diante. Dizer que está havendo inclusão dos/as catadores/as pelo simples fato de o governo demandar via empresa contratada a coleta seletiva de RSU da cidade para as cooperativas e que assim, os/as catadores/as estão empregados e, logo, incluídos, é visão simplista, redutora e constitui um desrespeito à dignidade da pessoa humana.

Que inclusão é essa que não olha para os demais fatores? Nem sempre os ditos incluídos estão necessariamente “dentro”, estão na verdade incluídos para “fora”.

Importa salientar que não existem receitas prontas a aplicar e que retirem estas pessoas das teias da exclusão social em que têm estado, e estão, enredadas. A sua implicação na construção de um processo de inclusão efetivo passa por levá-los a acreditar que é possível sair da invisibilidade social, porém, para que eles acreditem é preciso que se sintam “vistos”, conhecidos e reconhecidos.

6 REFERÊNCIAS

- Abrelpe. (2014). *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2014*. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2015.
- Adriano, A. M.; Dias, M. M. (2010). *Catadores de materiais recicláveis e a dialética da inclusão/exclusão social*. Disponível em: <<http://www.emapegs.ufv.br/docs/Artigo20.pdf>>. Acesso em: 05 de abril de 2016.
- Ayres, J. R. C. M. (2006). *Contextos epidêmicos e aspectos sociais da DST/Aids no Brasil: os novos horizontes da prevenção*. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE PREVENÇÃO DAS DST/AIDS. Belo Horizonte, nov. 2006. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/congressoprev2006/2/dmdocuments/Jose_Ricardo_Ayres.pdf>. Acesso em:

18 novembro de 2016.

- Baptista, I. (2001). *Educação Social, um espaço profissional com valor e sentido*. Espaço(s) de Construção de Identidade Profissional. 55-60. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- Bauman, Z. (2015). *A riqueza de poucos beneficia todos nós?*. Tradução: Renato Aguiar. 1. Ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2015.
- Beck, U. (2015). *Sociedade global de risco: na busca da segurança perdida*. Ca. I e XI. Editora: Edições 70. Coleção: Extra Coleção.
- Birbeck, C. (1978). *Self-employed proletarians in an informal factory: the case of cali's garbage dump*. *World Development* 6 (9-10), 1173-1185. Disponível em: <http://wiego.org/sites/wiego.org/files/publications/files/Birkbeck_self_employed_proletarians.pdf> Acesso em: 23 de setembro de 2016.
- Campos, L. S.; et al. (2014). *Relatório Técnico Saúde e Segurança nas Centrais de Triagem de Resíduos Sólidos conveniadas com o Município de São Paulo*. Coordenação de Vigilância em Saúde/COVISA e FUNDACENTRO - COVISA / FUNDACENTRO-CTN. São Paulo-SP. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/acervodigital/detalhe/2014/8/saude-e-seguranca-nas-centrais-de-triagem-de-residuos-solidos-conveniadas-com-o-municipio-de>>. Acesso em: 10 de março de 2016.
- Capucha, L. (2005). *Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social. Relatório Final*. Lisboa. Direção Geral de Desenvolvimento Regional e CIES-ISCTE.
- Costa, A. F. (1999). *Sociedade de Bairro*. Oeiras, Celta Editora.
- Costa, A. F. (2001). *A Pesquisa de Terreno em Sociologia*. In.: Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Cavalcante, S.; Franco, M. F. A. (2007). *Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu*. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 7(1), 211-231. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100012&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 10 de março de 2016.
- CBO. (2016). *Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): (5192): Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável*. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em: <<http://www.mtebo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf> >. Acesso em: 01 de setembro de 2015.
- Faleiros, V. P. (2006). *Inclusão social e cidadania*. Palestra proferida na ICSW32, em Brasília, em 17 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2016.
- Ferreira, J. A.; Anjos L. A. dos. (2001). *Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais*. *Cadernos de Saúde Pública*, 17 (3). p. 689-696.
- Funasa. (2013). *Resíduos sólidos e a saúde da comunidade: informações técnicas sobre a interrelação saúde, meio ambiente e resíduos sólidos*. Fundação Nacional de Saúde - Funasa. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/wpcontent/files_mf/cart_res_sol_2.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2016.
- Garibaldi, A. H. (2009). *A intervenção social num contexto de riscos naturais, tecnológicos e sociais = The social intervention in the context of natural, technological and social hazards*. In.: Actas das II Jornadas de Educação Social. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação. ISSN 1647-6964. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/4817>>. Acesso em: 23 de novembro de 2016.
- Gressler, L. (2007). *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. 3ª Ed. Rev. Atual., São Paulo: Loyola.

- Gondim, G. M. M. (2007). *Do Conceito de Risco ao da Precaução: Do Conceito de Risco ao da Precaução: entre determinismos e incertezas entre determinismos e incertezas*. Capítulo 3. In.: O território e o processo saúde-doença. / Organizado por Angélica Ferreira Fonseca e Ana Maria D'Andrea Corbo. – Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l24.pdf>>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso*. 1ª Ed., Portugal: Principia.
- Hespanha, P. (2002). *Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social*. In.: A Globalização e as ciências sócias. Boaventura de Sousa Santos (org.). 2 ed. São Paulo – Cortez, p. 161-196.
- Lima, C. S. (2013). *Os riscos e as vulnerabilidades vinculadas aos catadores de lixo*. NUPEAT–IESA–UFG, v.3, n.2. Disponível em:<<http://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/29798>>. Acesso em: 08 de junho de 2016.
- Lisboa, C. (2013). *Os que sobrevivem do lixo*. Revista Desafios do Desenvolvimento, Ipea nº 77, Ano 10. Brasília, p. 58-63. Disponível em:<http://desafios.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/desafios077_completa.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2016.
- Lopes, J. R. (2006). *Exclusão social e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade*. Psicologia e Sociedade, v. 18, n.2, p. 13-24, maio/ago 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/02.pdf>>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.
- Ludke, M.; André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. Capítulo 2: Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. Disponível em:<<http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep145/pesq.htm>>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.
- Marchezini, F. S. (2013). *Os desafios da implementação da coleta seletiva pelos Municípios*. In Associação Nacional dos Procuradores Municipais-ANPM. Brasil. Disponível em:<http://anpm.com.br/site/?go=publicacoes&bin=noticias&id=958&title=os_desafios_da_implementacao_da_coleta_seletiva_pelos_municipios> Acesso em: 01 de setembro de 2015.
- Medeiros, L. F. R.; Macedo, K. B. (2006). *Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?*. In Universidade Católica de Goiás. Psicologia & Sociedade. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/08.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2016.
- Miura, P. C. O. (2004). *Tornar-se catador: uma análise psicossocial*. Dissertação de mestrado. Mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP. Disponível em:<<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17373/1/Paula%20Miura%20completa.pdf>>. Acesso em: 23 de setembro de 2016.
- Nascimento, E. (2008). *Espaço e desigualdades: mapeamento e análise da dinâmica da exclusão/inclusão social na cidade de Ponta Grossa (PR)*. Ponta Grossa, 173 p. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) - Pós-Graduação em Geografia - Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- Ribeiro, M. (2006). *Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo*. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 03 de setembro de 2016.
- Rodrigues, P. (2005). *Vidas na mina: memórias, percursos e identidades*. Oeiras: celta Editora.